



GÊNERO EM SOCIEDADES DO SUL GLOBAL: UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA

Priscilla Braga Beltrame¹
Maria Luiza Paschoal²
Mayza Toledo³
Poliana Goulart da Silva Gonzaga⁴

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão teórica a respeito de algumas das abordagens pós-coloniais propostas nas Ciências Humanas para o estudo de sociedades do Sul global, especialmente no que diz respeito ao estudo das relações de gênero. A base teórica desse exercício é um diálogo entre as contribuições de Talal Asad, Achile Mbembe, Sérgio Costa, Larissa Pelúcio e Rita Laura Segato. No decorrer do trabalho defendemos a importância na pesquisa científica da atenção às especificidades das sociedades pós-coloniais – caracterizadas por acentuada desigualdade social, seja em questões de gênero, classe ou raça/etnia - no sentido da escolha de teorias e conceitos analíticos adequados ao estudo dessas sociedades.

Palavras-chave: Teorias Pós-Coloniais, Gênero, Feminismo.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é realizar uma breve reflexão a respeito das contribuições de algumas das teorias pós-coloniais para analisar e compreender sociedades do sul global, caracterizadas por terem sido ex-colônias de países europeus. A principal discussão do trabalho está em volta da contribuição teórica pós-colonial feminista de Rita Laura Segato (1998; 2012; 2016). Segato colaborou para a análise das universalidades nos diferentes sistemas de gênero mantendo em vista a particularidade desses sistemas em contextos de sociedades do Sul.

Defendemos uma perspectiva de Ciência não hegemônica, insubmissa, transgressora, contra-colonial e desobediente aos padrões científicos hegemônicos eurocêtricos. Nesse sentido, se busca construir saberes científicos contribuindo tanto para a compreensão das

1 Priscilla Braga Beltrame é bacharel em Ciências Sociais, mestra e doutoranda em Antropologia, todos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: <priscilla.beltrame.ufpe@gmail.com.>

2 Maria Luiza Paschoal é bacharel em Comunicação Social, pela Faculdades Integradas AESO Barros Melo (FIBAM). E-mail: <m.luizapaschoal@gmail.com>

3 Mayza Toledo é graduada em Pedagogia pela UFPE e professora de Saúde da Mulher. E-mail: <mayzadiasmelo@gmail.com>

4 Poliana Goulart da Silva Gonzaga é graduanda em Psicologia pela UniFBV. E-mail: <polianagoulart@hotmail.com>



desigualdades sociais, características próprias de sociedades ex-coloniais, quanto para o estabelecimento de estratégias de enfrentamento das mesmas.

O texto é organizado em alguns tópicos de discussão. Inicialmente trazemos autores(as) pós-coloniais, situamo-os no dado contexto teórico, a fim de caracterizar esse conjunto teórico para as Ciências Humanas. Posteriormente, dialogamos teorias de gênero construídas no Norte global – de Gayle Rubin(1979) e de Joan Scott (1986) – com a proposta de Segato (1998; 2012; 2016). E então apresentamos um diálogo entre teorias de Norte e do Sul para construir ferramentas analíticas melhor adaptadas com o intuito de compreender gênero em contextos pós-coloniais. Por fim, propomos um breve exercício de leitura de dados de algumas poucas fontes a respeito da violência contra a mulher e os pensamos dentro da perspectiva proposta por Segato (1998).

A guia teórica para essa reflexão foi inspirada no questionamento de Mbembe (2001) a respeito da necessidade de construir ou adaptar ferramentas teóricas e analíticas nas Ciências Humanas para compreender contextos sociais pós-coloniais. A questão distintiva desse ensaio se refere a forma a qual as teorias pós-coloniais podem contribuir para pensar gênero como uma categoria de análise estratégica em sociedades como as da América do Sul.

METODOLOGIA

A reflexão do artigo foi elaborado com base em levantamento bibliográfico a respeito das contribuições das teorias pós-coloniais para as Ciências Humanas, essencialmente para compreender as especificidades dos sistemas de relações de gênero. A proposta aqui não é fazer um apanhado detalhado da bibliografia da área, mas sim de apresentar com base nas referências adotadas, a proposta teórico metodológica desenvolvida para a análise de sociedades situadas na periferia do sistema global.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As teorias pós-coloniais nascem da crítica feita às Ciências Humanas a respeito da possibilidade de algumas das ferramentas teórico-metodológicas construídas por pensadores(as) do Norte global não serem adequadas para pensar contextos específicos, como

os pós-coloniais. Nesse sentido é defendida a necessidade de novos conceitos e teorias, assim como a adaptação de outros, para a análise de determinados contextos sociais.

De forma geral as teorias decoloniais analisam os efeitos políticos, sociais, artísticos e literários relacionados a um contexto de colonialismo, isso tanto para os países colonizados, quanto para os países colonizadores. Sendo que, em grande medida, se referem mais à países ex-colônias europeias e nas quais os(as) autores(as) “nativos” refletem a respeito da construção do conhecimento. Autores de diversas correntes teóricas e áreas de conhecimento integram esse corpus teórico, neste ensaio citados: Talal Asad⁵ (1975), Achile Mbembe⁶ (2001), Sérgio Costa (2006), Larissa Pelúcio⁷ (2012) e Rita Laura Segato⁸ (1998; 2012; 2016).

O antropólogo Talal Asad (1975) analisou o surgimento das teorias pós-coloniais na Antropologia. Ele relembra no período de formação e consolidação das bases da disciplina (e aqui o autor foca especialmente na Escola Britânica de Antropologia Clássica), nas

⁵ Talal Asad é antropólogo. Ele nasceu no ano de 1932 em Medina, na Arábia Saudita. Atualmente é professor no Centro de Graduação da Cidade de Nova York. O autor fez contribuições significativas para os estudos pós-coloniais sobre religião, especialmente no estudo do islamismo e do mundo muçulmano, também discute noções eurocêntricas de humanidade e civilização e as implicações da influência dessas ideias na construção de categorias teóricas e analíticas para a antropologia. As principais obras de Asad, são: “*Anthropology & the Colonial Encounter*”(1975), “*The Idea of an Anthropology of Islam. Center for Contemporary Arab Studies*”(1986) e “*Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*”(1993). A obra citada neste ensaio do autor fala da antropologia feita do encontro colonial pois dialoga com a questão central a ser trabalhada.

⁶ Achile Mbembe é um autor fundamental para se compreender as teorias pós-coloniais. Ele é Filósofo, Historiador e Cientista Político. Nasceu em 1957 em Camarões. Atualmente é professor nas Universidades de Duke (Virgínia, Estados Unidos) e de Witswatersrand (Joanesburgo, África do Sul). Ele é considerado um dos maiores teóricos do pós-colonialismo, pensador das questões de história e política africana. Tem livros bastante conhecidos, como por exemplo, “A crítica da razão negra” (2014), no qual ele desenvolve o conceito de negro em um texto profundamente teórico e permeado por filosofia política. O trabalho mais recente do autor é o artigo “A era do humanismo está acabando” (2016), no qual ele aborda a relação de tensão atual na economia e política entre a democracia liberal – e os direitos a ela associados – e o capitalismo neoliberal – enquanto uma das formas mais acirradas do capital. No livro “*On the postcolony*” (2001) ele faz a organização contribui com autoria de dois dos artigos. O livro é uma coleção de ensaios críticos que exploram questões de poder e subjetividade na África pós-colonial, mas também podem ser ampliadas para pensar em outras sociedades pós-coloniais. Este último trabalho de Mbembe é adotado nesta reflexão.

⁷ Larissa Pelúcio é uma professora e pesquisadora brasileira que trabalha com o que chamamos de teoria pós-colonial, tendo contribuições significativas para o desenvolvimento do campo nas Ciências Sociais no país. A autora possui diversas publicações, como por exemplo: “Na noite nem todos os gatos são pardos” (2005), “Despatologização do gênero: a politização de identidades objetas” (2012), e o trabalho adotado para integrar esta reflexão: “Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer” (2012).

⁸ Rita Laura Segato, antropóloga feminista argentina que trabalha especialmente com gênero nas sociedades da América Latina, com foco nas investigações sobre questões de gênero em povos indígenas. Tem como proposta uma teoria decolonial neste sentido. Ela possui diversas publicações, por exemplo, o livro “La guerra contra las mujeres” (2016), e os artigos “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial” (2012) e “Os percursos do gênero na antropologia e para além dela” (1998).

recomendações de Malinowski e de Radcliffe-Brown, onde podemos perceber que o objeto de estudo, predominante nas pesquisas antropológicas do período, eram povos considerados “primitivos”, seriam estes povos os diferentes dos ocidentais, e, em boa parte das vezes, residentes nas colônias de países europeus, no caso povos como Nós “subalternos” (Pelúcio; 2012), éramos o objeto de estudo da disciplina.

Segundo Asad (1975) apenas a partir da década de 1970 é que se inicia a construção de uma crítica a essa forma “tradicional” de se fazer antropologia, buscando construir novas possibilidades teórico-metodológicas para a disciplina. Durante este período temos três modificações importantes na Antropologia: (1) a ampliação do escopo da disciplina para novos campos de estudos, como por exemplo as sociedades complexas, antes nas Ciências Sociais estudadas prioritariamente por sociólogos(as) e cientistas políticos(as); (2) a ampliação dos possíveis tipos de dados coletados nos trabalhos de campo, com uso de técnicas estatísticas, arquivos históricos, fontes literárias, histórias de vida, facilitando assim a possibilidade de triangulação de dados para melhor composição do argumento etnográfico dos estudos; (3) e uma proposta de reestruturação da disciplina a qual afeta o objeto, a produção do conhecimento antropológico, o suporte ideológico e a própria base organizacional diretamente relacionada à países que passaram por processos de colonização e de conquista da independência política⁹. Este último ponto denota-se como mais relevante para a reflexão proposta neste artigo.

De acordo com Pelúcio (2012) as chamadas teorias pós-coloniais, podem ser entendidas enquanto teorias feitas pelos “Outros”, pelos subalternos, os não brancos, e/ou não europeus, e/ou não homens, que construímos ferramentas teórico-analíticas para compreender as nossas sociedades, como também, as sociedades do Norte por nossa perspectiva. Nas palavras de Pelúcio:

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas. (PELÚCIO; 2012, p.402)

⁹ Quanto a isso o autor se refere especificamente aos países africanos que conquistaram independência após a década de 1950, mas podemos ampliar essa reflexão aqui para outros países que, cada um com sua especificidade, passaram por processos de colonização, como os países da América do Sul. Podemos ampliar esta questão também para as outras áreas das ciências humanas, como vamos descrever no decorrer do texto.

Podemos assim dizer que os estudos pós-coloniais são um amplo e diversificado conjunto de trabalhos voltados para o esforço de desconstruir essencialismos ocidentais, assim como marcadores sociais relevantes em determinado contexto, e articular as análises que levam em conta o colonialismo, de acordo com Costa:

[...] trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado (Hall, 1997a). Colonial, por sua vez, vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais. (COSTA; 2006, p.118)

Mbembe, por sua vez, fala que a reflexão acadêmica clássica referente aos povos do continente africano possuem duas características primordiais: (1) como ser humano incompleto em relação ao homem, branco e europeu em uma visão profundamente etnocêntrica; (2) como algo embora estranho, por ser pensado enquanto incompleto ou inferior, pode ser “domesticado”. Desta forma os povos do continente africano passaram a ser considerados enquanto o Outro por excelência, o outro mais absoluto.

Uma colaboração importante de Mbembe é a sugestão de que as sociedades Outras poderem ser melhor entendidas, sem a comparação hierárquica entre elas e as sociedades ocidentais. O autor sugere olhar para dentro dessas sociedades, potencialmente por pesquisadores nativos, mas ao mesmo tempo, com mesma importância para a análise, levando em consideração que a grande maioria dos povos existentes vivem, de uma forma ou de outra, integrados no mundo capitalista globalizado e esse ponto é fundamental para a compreensão de determinado contexto. Portanto é interessante pensar analiticamente nessas sociedades periféricas articulando teorias do Norte e do Sul global, utilizando-se das ferramentas da ciência ocidental de forma crítica, reflexiva e em diálogo com pensadores nativos.

O questionamento central de Mbembe (2001) denota como utilizar uma ciência social nascida em conjunto com a dominação européia nos locais hoje ex-colônias. Pensando no panorama acadêmico brasileiro podemos trazer respostas muito construtivas, e no caso específico deste ensaio acerca às questões de gênero, usando-se das reflexões de autoras como Larissa Pelúcio (2012) e Rita Laura Segato (1998; 2012; 2016).

O artigo de Pelúcio (2012) é pertinente para trazermos as reflexões de Mbembe (2001) à realidade brasileira. A autora argumenta que embora uma boa parte da população brasileira

se considere branca não somos considerados enquanto brancos em uma perspectiva euro-norte-americana, devido à miscigenação ocorrida ao longo da história do país. Essa forma de miscigenação é característica de países do Sul global, como consequência do processo de colonização europeu. Pelúcio adota o conceito de Anibal Quijano de “cores do colonialismo” para pensar nesses povos, dos quais Pelúcio, Quijano, Mbembe e Nós fazemos parte.

Pensar em determinado povo representado como o Outro nos faz refletir em uma possível articulação com as ideias feministas de Simone de Beauvoir (1949), que, em uma abordagem clássica, defende que o problema da desigualdade de gênero consiste em ser a mulher vista como o Outro, como alguém que não é sujeito de seus próprios projetos e objetivos, um ser imanente. Podemos aqui citar um dos trechos do livro “O segundo sexo: fatos e mitos”, no qual ela diz:

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que ela se apresenta diante do macho com um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR; 1949, p.10)

Deste modo percebemos como a categoria Outro é importante para pensar as relações sociais, seja aparecendo na forma do Outro por excelência de Mbembe (2001), seja no subalterno de Pelúcio (2012), seja no Outro de Beauvoir (1949). Isto posto podemos pensar também numa sobreposição desses Outros na construção do Nós subalternos, em uma análise articulada desses marcadores sociais ressaltados por esse(as) autore(as), respectivamente, raça/etnia, classe e gênero. É importante pontuarmos a importância da contribuição dos trabalhos de Segato (1998; 2012; 2016) para esta análise.

DAS TEORIAS CLÁSSICAS DE GÊNERO DE GAYLE RUBIN E JOAN SCOTT À PROPOSTA TEÓRICA DE RITA LAURA SEGATO

Levando em consideração a proposição de Costa (2006) – a qual os estudos pós-coloniais não seriam uma crítica destrutiva a epistemologia das Ciências Sociais, mas justamente, uma proposta de contribuição às teorias já escritas por autores do Norte global, sobretudo no diálogo com as problematizações feitas pelas teorias pós-coloniais – propomos

essa reflexão baseada em uma pesquisa bibliográfica. Portanto essa sessão organizou-se de forma que primeiro são abordadas as teorias de gênero construídas no Norte global, de Rubin e Scott¹⁰ e, na segunda parte, são trazidas algumas das contribuições teóricas de Segato.

Historicamente a primeira definição de “gênero”, como concebido atualmente nas ciências humanas como os “estudos de gênero”, foi elaborada por Gayle Rubin ainda na década de 1970, no seu artigo: “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”(1975). O sistema de relações de gênero é pensado, nesta linha de raciocínio, enquanto um sistema econômico e político que organiza a relação entre homens e mulheres de diferentes culturas, tendo em todas elas em comum o parentesco e a socialização como elementos centrais na reprodução ou transformação do sistema. Nas palavras de Rubin(1979; p.13), o sistema de sexo-gênero é “[...] um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional”. Tal menção denota aproximação à primeira definição de gênero para Scott(1986), a autora compreende que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. Assim podemos dizer que ambas as autoras constroem os seus conceitos de gênero com base no dimorfismo sexual¹¹.

O trabalho citado de Rubin (1979) exerce grande influência nos estudos a respeito das relações entre os sexos Brasil, podendo ser observado recorrentemente tanto nas ementas de disciplinas de gênero e feminismo, quanto na constante referência ao estudo citado em

10 Nas ciências humanas há um grande debate a respeito de como construir categorias analíticas para compreender a relação social entre pessoas do sexo masculino e do feminino. Inicialmente pode-se pensar em duas tradições que, em grande medida, exercem grande influência nos estudos e pesquisas: a tradição norte-americana e a tradição francesa. Na tradição francesa temos pesquisas que costumam adotar com mais frequência o conceito de “relações sociais de sexo”, noção construída com influência teórica marxista e com significado semelhante ao de “relações sociais de produção”, sendo a diferença que enquanto a primeira se refere às relações de acordo com o sexo, as segundas se referem às relações de acordo com a classe social. E o conceito de gênero foi em grande medida construído por pesquisadoras atreladas à tradição norte-americana das ciências humanas (Hirata et al; 2009). No Brasil ambas as tradições exercem grande influência nos estudos sobre mulheres, mas levando em consideração o uso predominante da categoria de gênero, penso ser essa proposta analítica mais adotada pela antropologia local e retrabalhada e adaptada para as especificidades locais. A categoria de gênero é fundamental no marco teórico desta pesquisa por ser seu objetivo geral a compreensão do Estado como elemento central na reprodução/transformação do sistema de gênero em determinada cultura por meio da regulamentação conferida ao aborto.

11 Essa forma de pensar gênero, enquanto construído sobre a base biológica da diferença entre o macho e a fêmea – dimorfismo sexual -, nas últimas décadas começa a ser problematizado de algumas formas. O trabalho da filósofa Judith Butler(2003) se destaca um dos exemplos teóricos que dissocia o gênero da base biológica binária macho-fêmea de forma. Outras problematizações do gênero têm sido feitas por antropólogas como Henrieta Moore(1997) a respeito da distinção entre sexo (biológico), Sexo (o que é culturalmente construído sobre o biológico) e gênero; e Marilyn Strathern(2012) a respeito do que temos de “nosso”, de ocidental dentro do conceito de gênero as consequências disto para pensar o gênero enquanto categoria de análise intercultural.

pesquisas da área. Aproximadamente uma década após a publicação de Rubin (1979), Scott (1986) publicou o artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, o qual também passou a exercer influência teórica significativa no país, e pode ser considerado como uma abordagem complementar e mais aprofundada do conceito desenvolvido pela primeira.

No artigo citado a autora se refere aos conceitos de “gênero” já cunhados, como o de Rubin (1979), como bastante úteis para descrever sistemas de gênero, mas não enquanto uma categoria analítica, operacionalizada de forma clara e sistemática, como é a proposta feita por ela. Scott (1986) argumenta que embora o parentesco seja de fundamental importância para compreender o funcionamento dos sistemas de gênero interculturalmente, há sociedades mais complexas em que outros aspectos da organização social também exercem considerável influência nos sistemas de relações de gênero, e não apenas isso, o gênero seria a primeira forma de significar as relações de poder em todas as esferas da sociedade. A autora defende que os conceitos de gênero cunhados antes da proposta feita por ela no artigo citado não seria adequado para o uso em pesquisas sociais porque:

Essa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, e para o(a) historiador(a) ela não deixa meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo) com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. (SCOTT; 1986, p.13)

A proposta de “gênero” de Scott (1986) é então alternativa e/ou complementar à visão de Rubin (1975). Gênero como uma categoria de análise foi então subdividido em duas proposições, dissociáveis apenas para fins analíticos, mas sem perder a dimensão articulada da totalidade da realidade social, são essas: [1] “gênero é um dos elementos constitutivos das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott; 1986, p.20) e, gênero “é uma forma primeira de significar relações de poder” (Scott; 1986, p.20).

Na primeira proposição de Scott (colocada no parágrafo acima) existem quatro elementos. O primeiro define o gênero como símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas e frequentemente contraditórias, eles são:

[...] culturalmente disponíveis e evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição

cristão do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. Para os(as) historiadores(as), as questões interessantes são: quais as representações simbólicas evocadas, quais suas modalidades, em que contextos? (SCOTT; 1986, p 21)

O segundo coloca o gênero como também composto pelos conceitos normativos, sendo hegemônicos em determinado período histórico e caracterizados como ideias que contribuem para o esforço de legitimação e manutenção das relações de poder desiguais.

Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. De fato essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e às vezes têm confrontações abertas ao seu respeito quando e em que circunstâncias, é isto que deveria preocupar os(as) historiadores(as). A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível. (SCOTT; 1986, p.21)

Somando-se aos dois elementos anteriores, componentes da primeira proposição do conceito para Scott (1986), gênero também é composto pelas subjetividades construídas nestes contextos, ou ainda, as feminilidades e masculinidades. Nas palavras da autora: “[...]a identidade subjetiva. Conferências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si” (1986: p.22). E por fim, referente ao gênero no sentido de ser composto por relações sociais, o gênero também faz parte da própria constituição do Estado. O último elemento da primeira proposição de Scott(1986) que integra os sistemas de gênero, são as instituições, sendo uma das instituições mais importantes nas sociedades ocidentais ou com forte influência desta, o Estado. Nas palavras de Scott levar as instituições em conta nas análises das relações de gênero é importante caso:

O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. (SCOT; 1986, p.22)

A segunda proposição integrante do construto analítico é que gênero é uma das principais formas de significar as relações de poder em todas as dimensões da sociedade, é: “uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas

hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino”(Scott, 1986, p.26). Scott defende que:

Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. (SCOTT; 1986, p. 26)

As teorias de gênero de Rubin (1979) e de Scott (1986) são contribuições muito importantes e adotadas recorrentemente nas pesquisas brasileiras. Retomando as reflexões realizadas no início do artigo, problematizamos aqui as especificidades dos sistemas de gênero nos países do Sul global. Assim sendo trazemos algumas das contribuições de Segato (1998; 2016; 2012), que apesar de ter formação na antropologia podemos ampliar suas reflexões para outras áreas do conhecimento.

Segato (1998) traz duas vertentes de pensamento – a relativista e a universalista – para a visão antropológica clássica das relações de gênero. A perspectiva relativista teria sido inaugurada com a abordagem de Margareth Mead e “tem seu ponto de partida na constatação inicial de que ‘mulher’ e ‘homem’ são entidades diferentes, preenchidas com conteúdos variáveis, através das sociedades” (SEGATO; 1998, p.5). Este tipo de abordagem científica das relações de gênero coloca ênfase nas especificidades culturais de determinada questão, aqui especificamente temos uma abordagem com raízes no particularismo histórico proposto pelo antropólogo Franz Boas, que tem como característica a atenção aos processos e elementos históricos específicos de cada contexto cultural (ERIKSEN; NIELSEN, 2019). Podemos perceber claramente a ênfase relativista da autora, por exemplo, no livro “Sexo e Temperamento”, publicado pela primeira vez na década de 1950, onde na introdução ela afirma:

Este estudo não se ocupa da existência ou não de diferenças reais e universais entre os sexos, sejam qualitativas ou quantitativas. [...] É, muito simplesmente, um relato de como três sociedades primitivas agruparam suas atitudes sociais em relação ao temperamento em torno de fatos realmente evidentes das diferenças sexuais. (MEAD; 2003, p.22)

No final do livro citado podemos perceber ainda com mais clareza a atenção da autora para as particularidades dos sistemas de gênero observados no estudo dela a respeito dos povos tradicionais Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, organizando seu encadeamento

argumentativo de forma a evidenciar o que existia de específico nessas sociedades que ela pesquisou. Abaixo citamos um trecho no qual a autora constrói uma síntese de sua proposta:

Consideramos até agora, em pormenor, as personalidades aprovadas de cada sexo, entre os três grupos primitivos. Vimos que os Arapesh – homens e mulheres – exibiam uma personalidade, fora de nossas preocupações historicamente limitadas. [...] Em acentuado contraste com tais atitudes, verificamos, em meio aos Mundugumor, que homens e mulheres se desenvolviam como indivíduos implacáveis, agressivos e positivamente sexuados, com um mínimo de aspectos carinhosos e maternais em sua personalidade. [...] Nem os Arapesh nem os Mundugumor tiram proveito de um contraste entre os sexos. [...] Na terceira tribo, os Tchambuli, deparamos verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura.” (MEAD; 2003, 267-268)

Por outro lado, a perspectiva universalista enfatiza aspectos gerais e interculturais da desigualdade nas relações de gênero e propõe ferramentas analíticas para compreender gênero ancoradas nesse pressuposto. Segato (1998) percebe essas duas correntes de pensamento como complementares, no sentido da importância de ambas as preocupações para compreender relações de gênero, tanto em suas características mais gerais, quanto em em suas características mais específicas. Nas palavras de Segato:

A contrapartida daquela primeira contribuição, daquele primeiro viés, eminentemente antropológico e relativista, veio a ser, a partir dos anos 70, a ênfase colocada por um conjunto de autoras na questão da universalidade da hierarquia de gênero, seguida por uma tentativa de gerar modelos para dar conta desta tendência universal da subordinação da mulher na dimensão ideológica das representações culturais. Esta constatação, naturalmente, não negou as estratégias singulares das mulheres para participar do poder ou situar-se em posições de autoridade, mas disse respeito à estrutura que rege a ideologia de gênero nas mais diversas sociedades, que, embora apresentando diferenças, tendem a representar o lugar da mulher como um lugar subordinado. (SEGATO; 1998, p.6)

Podemos aqui citar trabalhos clássicos dessa corrente universalista dos estudos de gênero. Os trabalhos de Sherry Ortner, Nancy Chodorow e Michelle Rosaldo publicados no livro clássico “A Mulher, a Cultura e a Sociedade” (1979) são exemplos dessa perspectiva que questiona aspectos da provável universalidade do domínio masculino. Na introdução do livro Rosaldo e Lamphere definem o objetivo do esforço:

A fim de explicar a aparente universalidade do domínio masculino [...] pode-se questionar quais características de organização, de todas as sociedades conhecidas, permitiram a produção e a reprodução de uma ordem sexual desigual. (Rosaldo et al; 1979, p.21)

E mais adiante Rosaldo e Lamphere apresentam os três primeiros artigos do livro, que são três propostas de ferramentas analíticas para estudar as relações de gênero de forma intercultural e atenta a possíveis características universais:

Essa é a questão subjacente nos três primeiros artigos deste livro. Cada um é iniciado com a observação de que em toda a parte a mulher amamenta e dá a luz aos filhos e por isso é provável que seja associada com a alimentação dos filhos e as responsabilidades do lar. [...] O importante, esses artigos afirmam, é que enquanto a mulher for definida universalmente em termos de um papel amplamente maternal e doméstico, seremos responsáveis por sua subordinação universal. (Rosaldo et al; 1979, p.24)

Segato (1998) afirma que algumas décadas depois com o aumento de estudos em ambas as vertentes chega-se à conclusão a qual a tensão relativismo e universalismo deve ser mantida, para assim se possa perceber tanto as questões específicas de determinado contexto cultural quanto a universalidade da subordinação das mulheres. E que a atenção na pesquisa social na tensão universalismo *versus* relativismo das relações de gênero é fundamental para analisar, compreender e explicar os diferentes sistemas de gênero. Nas palavras de Segato (1998):

Constata-se, a partir de essa geração de estudos hoje clássicos, o primeiro grande dilema ou contradição que os estudos de gênero enfrentam na Antropologia. Por um lado, o relativismo das construções: mulher e homem são categorias preenchidas com conteúdos diferentes em tradições diferentes e até em épocas diferentes da mesma história ocidental. Por outro lado, a descoberta, através e apesar das diferenças culturais, de uma tendência à universalidade da hierarquia de gênero, ou seja, da universalidade do gênero como uma estrutura de subordinação, deu origem a uma série de trabalhos hoje clássicos. (Segato; 1998, p.8)

Voltando agora um pouco para o foco do artigo que foi uma inspiração da proposta de Costa (2006) de complementaridade entre teorias do Norte e do Sul global de forma crítica e criativa, podemos ressaltar algumas aproximações e possíveis complementaridades entre as teorias de gênero de Scott (1986) e de Segato (1998; 2012; 2016). Esta aproximação está fundamentalmente associada às questões universais das relações de gênero, entendidas enquanto uma das formas primordiais de significar o poder – termos estes mais próximos das palavras de Scott (1986) –. Segato, por sua vez, discorre sobre as questões universais das relações de gênero usando termos semelhantes, menciona o gênero como “protótipo para se compreender o fenômeno do poder”, sobre este ponto a autora reflexiona que:

Apesar de ter sido deixada tradicionalmente nas mãos das mulheres, a reflexão sobre gênero, na verdade, trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a

todos, esclarecendo-nos sobre os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral, além de originar um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao nos permitir falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, raciais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas. (SEGATO; 1998, p.2)

Apesar de Scott (1986) e Segato (1998; 2016) pensarem de forma semelhante em relação aos aspectos universais da desigualdade de gênero, Segato (2016) nos propõe uma reflexão diferente a respeito das especificidades dos sistemas de gênero em contextos pós-coloniais. De acordo com Segato (2016) o gênero é uma categoria primordial de posições hierárquicas de prestígio e poder porque se manifesta na família original, e é por meio do patriarcado familiar aprendemos tanto as hierarquias nas relações de gênero, como também em outras relações como de raça e classe. Nas palavras da autora:

es en los «géneros» que se traviste una estructura subliminal, en sombras, de relación entre posiciones marcadas por un diferencial de prestigio y de poder. Ese cristal jerárquico y explosivo se transpone y manifiesta en la primera escena de nuestra vida bajo las formas hoy maleables del patriarcado familiar, y luego se transpone a otras relaciones que organiza a imagen y semejanza: las raciales, las coloniales, las de las metrópolis con sus periferias, entre otras. (SEGATO; 2016, p.92)

Segato (2016) argumenta a existência de um patriarcado pré-intervenção colonial, para defesa desta tese utiliza como evidência os mitos de origem de uma grande quantidade de povos – inclusive dos ocidentais cristãos – nos quais “se narra a derrota e o disciplinamento da primeira mulher e do primeiro grupo de mulheres”. A este patriarcado inicial é somado um patriarcado colonizador assim substituindo uma relação antes apenas hierárquica, onde os diferentes gêneros ocupavam lugares distintos mas tinham sua plenitude, por uma relação de gênero binária, onde o homem é o Sujeito Universal e a mulher é o Outro, onde os homens não apenas teriam mais poder e prestígio em relação às mulheres, por uma lógica de pensamento de tentar anular a posição da mulher como portadora poder e prestígio. Essas duas tradições de organização de gênero, a pré-colonização e a ocidental colonizadora se articulam dando origem às várias nuances encontradas nos países pós-coloniais, como é o caso do Brasil. Por isso nos países pós-coloniais da América do Sul são vistas especificidades em suas relações de gênero, as quais a teoria pós-colonial de Segato (1998; 2012; 2016) pode contribuir para o entendimento.



ADOTANDO AS LENTES TEÓRICAS PROPOSTAS: ESBOÇANDO UM BREVE PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Neste último tópico do artigo esboçamos uma leitura de alguns dados estatísticos referentes as relações de gênero, nesse caso aqui, a respeito da violência contra as mulheres, tema já levantado por Segato (1998) como muito relevante na análise da situação das mulheres em determinado contexto social. A proposta é atentar para a questão da violência contra a mulher focando nos aspectos gerais e específicos do Brasil. O objetivo aqui não é de uma análise aprofundada dos dados, levando-se em consideração que esse artigo é uma revisão bibliográfica, mas apenas um breve exercício de leitura de alguns dados de violência contra a mulher.

A violência contra as mulheres é definida pelas Nações Unidas enquanto qualquer ato de violência de gênero que possa ter como consequência quaisquer tipo de danos, sejam eles físicos, sexuais ou mentais para as mulheres. Esse tipo de violência é um dos indicadores que podem ser adotados para se compreender as relações de gênero em determinado contexto e é sabido que, sendo a desigualdade de gênero universal, com nuances diferentes, mulheres de muitos contextos sociais sofrem com a violência contra as mulheres. Então podemos dizer que a violência contra as mulheres é uma característica geral das relações de gênero desiguais, conforme sugestão de olhar para a universalidade dos problemas de gênero feito por Segato (1998). Olhando para dados podemos trazer aqui dados da OMS em investigação realizada em conjunto com a *London School of Hygiene and Tropical Medicine*, baseada em dados de 80 países a respeito da violência contra a mulher, concluiu que, quase um terço de todas as mulheres que estiveram em um relacionamento sofreram algum tipo de violência física ou sexual por parte do parceiro. Podemos aqui perceber que o problema da violência contra as mulheres é uma questão a ser analisada e combatida tanto nos países do Norte, quanto nos países do Sul global, mas Segato (1998) defende que existem diferentes nuances dessa violência a depender desses contextos culturais¹².

Segato (1998) defende que na América Latina os registros da violência contra a mulher, especialmente por meio do feminicídio, são significativamente superiores aos dos

12 “Folha informativa: violência contra a mulher”. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820>



países do Norte global. Podemos perceber esse fenômeno segundo dados da ONU Mulheres, com base nos quais a América Latina foi considerada como o local mais perigoso do mundo para as mulheres, estima-se que nove mulheres são assassinadas por dia, vítimas de violência de gênero na região. No ano de 2017 2.559 mulheres foram assassinadas na região e, quase metade desse número, 1.133 mulheres, foram vítimas de feminicídio no Brasil¹³. E ainda de acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking dos países nos quais mais se mata as mulheres no mundo, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia¹⁴.

Podemos aqui ressaltar que percebemos uma maior incidência de feminicídios na região da América Latina porque nessa região o patriarcado é caracterizado por algumas particularidades, relacionadas aos processos de colonização sofridos por essas populações. Segato (2016) denomina esses sistemas de gênero advindos da articulação entre os sistemas de gênero pré-coloniais e os sistemas e gênero trazidos pela colonização de “patriarcado colonial-moderno de alta intensidade”. Para a autora o patriarcado nos países ex-colônias trariam como característica o acirramento da opressão de gênero por se somar a opressão sofrida anteriormente nos processos de colonização e nas raízes que estes processos deixaram nas sociedades como no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo a reflexão aqui proposta, podemos voltar aos apontamentos de Mbembe (2001), trazidos no início do texto, de que podemos adotar na construção de nossos referenciais de pesquisa tanto teorias construídas no Norte global, escolhendo o que se parece adequado para a nossa análise, atentando a questões de níveis analíticos mais globais, mas igualmente importante é atentar para os aspectos locais e específicos de sociedades do Sul global, para questões trazidas por pesquisadores(as) nativos(as). É uma possibilidade de construção de pesquisas mais satisfatórias a fim de perceber o cenário local, e como ele é permeado – em vários níveis – pelo contexto global.

13 “América Latina é a região mais letal para as mulheres”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html >

14 “Brasil é o 5 país que mais mata mulheres”. Disponível em: <https://www.unifesp.br/educacao-atual-entreteses/item/2589-brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres> >

A proposta foi de apresentar um diálogo em busca de uma coalizão política e epistêmica dentro de uma perspectiva de Ciência Engajada, a qual em a contato com sociedade civil e com movimentos sociais possa somar forças no combate às diferentes formas de opressão, tão fortes e marcantes nos países do Sul global.



REFERÊNCIAS

ASAD, Talal. **Anthropology and the colonial encounter**. Ithaca, 1975.

ASAD, Talal. The idea of an anthropology of Islam. **Qui Parle**, v. 17, n. 2, p. 1-30, 2009.

ASAD, Talal. **Genealogies of religion: Discipline and reasons of power in Christianity and Islam**. JHU Press, 2009.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos feministas**, p. 569-581, 2012.

ERIKSEN, T. H., & NIELSEN, F. S. (2019). **História da antropologia**. Editora Vozes Limitada.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. **São Paulo: Abril Cultural**, v. 2, 1978.

MEAD, M. **Sexo y temperamento en tres sociedades primitivas**. Barcelona: Paidós.

MBEMBE, Achille. **On the postcolony**. Univ of California Press, 2001.

Ortner, S.. **A mulher, a cultura, a sociedade**, 2012.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 395, 2012.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. **Cadernos pagu**, v. 25, p. 217-248, 2005.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade**.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Structure and Function**. London: **Cohen and West**, 1952.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 2012.

SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Traficantes de Sueños, 2016.

